

## **FINANCEIRIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO FAMILIAR.**

**Ualace Roberto de Jesus Oliveira<sup>1</sup>; Jossel Borges do Santos<sup>2</sup>**

1. Bolsista PROBIC/FAPESB, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [ualacejesus@bol.com.br](mailto:ualacejesus@bol.com.br)
2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [josselborgessantos@gmail.com](mailto:josselborgessantos@gmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** financeirização, endividamento, acumulação.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo aborda a questão da Financeirização em caráter mundial desde sua gênese no sistema capitalista desenvolvido ao seu apogeu com o advento do neoliberalismo. Tal análise ressalta o aspecto multifaceta das finanças no que diz respeito aos mecanismos utilizados pelas classes rentistas para consolidação de seus privilégios, evidenciando o caso recente da história brasileira nesse processo com endividamento das famílias. Salvador não foge a regra que é a de ser uma dentre as demais cidades brasileiras onde a um número relevante de pessoas que se encontram em situação de endividamento.

### **METODOLOGIA**

Para elaboração do presente trabalho, foram usadas bibliografias de autores que abordam de forma consistente a temática da financeirização e suas contradições, o que proporcionará ao referido um maior embasamento do ponto teórico.

### **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Na produção capitalista desenvolvida a função dominante do dinheiro é de meio de pagamento, tendo como forma dominante o dinheiro de crédito. Na medida em que a função de meio de pagamento se torna dominante no capitalismo, podemos observar a forte tendência de que a moeda circulante se preste cada vez mais para liquidação de dívidas do que para circulação de mercadorias.

O sistema de crédito forma-se pela confluência de duas vertentes: crédito comercial e crédito bancário. O primeiro se dá pela expansão do dinheiro como meio de pagamento, que constitui a base desenvolvida do sistema de crédito da economia capitalista. As mercadorias são, predominantemente, vendidas contrapromessas de pagamento, representadas pelas letras de câmbio, que passam a circular como dinheiro propriamente dito até o vencimento. Enquanto o segundo apóia-se no desenvolvimento do comércio de dinheiro, que constitui um ramo empresarial especializado nascido da divisão social do trabalho do capitalismo e que está na origem dos bancos, o de crédito bancário.

O surgimento do crédito e a expansão do sistema de crédito e do capital do empréstimo dão lugar a um agigantamento meramente ilusório deste capital, do que Marx chama “capital fictício”. Parte significativa da acumulação de capital monetário consiste em capital fictício de natureza essencialmente especulativa, sem lastro real, que absorve uma parte muito significativa da riqueza monetária dos banqueiros e dos particulares.

Para Gerard Duménil, esse capital atinge maiores proporções com a revolução técnico-organizacional do fim do século XIX e de início do século XX que fora também concomitante ao desenvolvimento de um setor financeiro onde a relação produtiva se transformou: a finança deixou de ser uma simples auxiliar as atividades das empresas e do financiamento e suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função.

Ainda segundo esse autor, a hegemonia das finanças desse período esgotou-se por ocasião da crise de 1929, que introduziu um novo período chamado “compromisso keynesiano”, que além do controle macroeconômico (estatal e centralizado), produziu numerosas limitações sobre as prerrogativas das finanças, como o desenvolvimento do Estado-Providência.

Mas, o fracasso das políticas keynesianas diante da crise estrutural iniciada nos anos 1970, segundo Chesnais criaram as circunstâncias favoráveis para o restabelecimento da hegemonia das finanças, por meio do monetarismo de orientação neoliberal. O capitalismo neoliberal, ainda segundo esse autor, o das instituições financeiras gigantescas, dos fundos de investimento, prolonga essa financeirização e essa institucionalização, com a mesma ambigüidade: tamanho e força de um lado, distância do outro.

Ao falar do processo de Financeirização da economia brasileiro na década de 1990, Ladislau Dowbor em seu livro “democracia econômica” corroboram com as ideias de Chesnais ao verificar que os rendimentos da dívida pública tornaram-se um mecanismo de apropriação do valor e das mais valias, no que diz respeito ao endividamento público do Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso.

Luiz Fernando de Paula no “jornal dos economistas” amplia essa discussão ao verificar que o sistema de financiamento que vem ocorrendo no Brasil é predominantemente baseado no crédito bancário, mas com forte participação do estado, em particular, em algumas modalidades de crédito, como financiamento do investimento (BNDES), financiamento imobiliário (CEF) e financiamento agrícola (Banco do Brasil).

Segundo ele, ocorreu um aumento sem precedentes da oferta de crédito no país em função do crescimento do produto e da renda, criação do crédito consignado em folha salarial e melhoria no perfil da dívida pública.

Luiz Fernando ressalta ainda um fato interessante: que alguns autores chamam à atenção a “exploração financeira”, isto é, uma situação em que os clientes de estrato inferior de renda pagam tarifas e taxas de empréstimos bem maiores do que os demais clientes. Tal fato ocorre por causa da “armadilha da dívida”. Esta compromete uma boa parte da renda destas pessoas com pagamento de juros dos empréstimos.

Carlos Lessa no também no “jornal de economia” vai mais adiante ao apontar que o endividamento brasileiro não é virtuoso em setor algum da economia. Segundo ele, o endividamento das famílias brasileiras está crescendo de uma forma assustadora. Mais de 60% das famílias estão endividadas e a inadimplência vem crescendo. Este fato tem levado a redução do poder de compra das famílias, haja vista o pagamento de juros.

Uma pesquisa feita pela Federação da Câmara dos Lojistas de Salvador no ano de 2009 no tocante aos instrumentos financeiros utilizados pelos consumidores para o endividamento apontou o cartão de crédito, seguido pelo cheque pré-datado e pelo empréstimo pessoal como principais expoentes na ocorrência desse fenômeno. O que levou os consumidores da cidade de Salvador a se endividarem de acordo com esta instituição foi à falta de controle financeiro das pessoas sobre seus ganhos.

## CONCLUSÃO

A conseqüência da Financeirização da economia provoca efeitos nefastos a nível macroeconômico, pois reduz à capacidade de investimentos em setores produtivos que gera renda e emprego além de provocar crises estruturais, dado a natureza do capital especulativo, haja vista as incertezas dos investidores nos seus prognósticos sobre o mercado financeiro.

Nessa conjuntura, o processo de Financeirização brasileira nos anos 1990 beneficiou, sobretudo, o sistema bancário em detrimento dos trabalhadores, uma vez que esse setor aproveitava-se das benesses concedidas pelo estado com os títulos da vida pública, enquanto os trabalhadores eram penalizados com a elevação da carga tributária impostas pelo governo para cobrir suas dívidas.

O endividamento faz com que os consumidores, sujeitos às regras de mercado, se tornem indefesos diante de um sistema complexo que os envolve na hora de adquirir bens e serviços. Fato que tem se tornado crônico, pois tem comprometido a renda das famílias impossibilitando-as de superá-las.

## REFERÊNCIAS:

- CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. 2003. **Uma Nova Fase do capitalismo?** Xamã, São Paulo.
- GEMER, Claus. 1993. A teoria de Marx Sobre o Dinheiro e o Dinheiro de Crédito. **Revista de Economia**, UFPR, Paraná.
- LESSA, Carlos; FERNANDO, Luiz. 2011. A Expansão do Crédito e do Endividamento no Brasil, **Jornal dos Economistas**, CORECON, Rio de Janeiro.
- DOWBOR, Ladislau. 2007. **Democracia Econômica: Um Passeio Pelas Teorias**. Banco do Nordeste, Fortaleza.